

**ATA**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Presidente da Câmara felicitou a jovem vimaranense Ana Sequeira Viamonte Figueira de Sousa, de 15 anos, estudante da Escola Secundária Francisco de Holanda, vencedora do 1.º Concurso Juvenil de Fotografia de Cidades Património Mundial, ao qual concorreu com três fotografias de Guimarães, sendo a premiada uma fotografia que denominou de “Guerra de Flores na Praça do Toural”, tendo recebido um prémio no valor de 400,00€. O concurso foi promovido pela Organização de Cidades Património Mundial, através da Secretaria Regional para o Sul da Europa e Mediterrâneo que engloba cidades da Áustria, Bósnia, Canadá, Espanha, França, Israel, Polónia e Portugal, tendo a comissão de avaliação das candidaturas reunido em Oaxaca (México). -----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto José Costa, de acordo com o

texto que a seguir se transcreve: “No final da última semana faleceu em França, onde se encontrava em visita, o empresário vimaranense Alberto José Costa, que exerceu funções na vida municipal, no associativismo empresarial e na direção de uma das mais históricas unidades industriais do concelho, a Fábrica do Castanheiro. O Eng.º Alberto José Costa foi Vereador da Câmara Municipal de Guimarães no mandato 1986/1989, Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Guimarães e dirigente de várias Associações Nacionais da Indústria Têxtil, tendo no exercício dessas diferentes funções dado importantes contributos para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente para a nossa economia regional. Nesta hora em que nos deixa, o Município de Guimarães deve-lhe a expressão pública de reconhecimento e gratidão, pelo que proponho a aprovação de um voto de pesar que será transmitido à sua família.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereadora Luísa Pedroso – Disse ter recebido, com algum atraso, os convites remetidos pela Câmara Municipal e endereçados aos Vereadores relativos à Missa da Irmandade de S. Nicolau e ao Natal do Agrupamento Castrejo, acrescentando que tinha sabido da realização da Missa de S. Nicolau através de uma pessoa conhecida. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Solicitou resposta a um requerimento apresentado oportunamente onde solicita a disponibilização de meios e condições físicas, materiais e humanas necessárias ao exercício do respetivo mandato; **b)** – Referiu a necessidade de se proceder à execução de um passeio para acesso ao patamar superior contíguo à linha de ferro, na zona da Rodovia



em direção ao Salgueiral, por forma a garantir a segurança das pessoas que por ali passam. -----

3 – Presidente da Câmara - Sobre as intervenções feitas, informou: **a)** – Sobre o gabinete referido pelo Vereador José Torcato Ribeiro disse que já está a ser preparado; **b)** – No que diz respeito ao passeio de acesso junto à linha de ferro disse que o assunto estava a ser estudado em articulação com a REFER; **c)** – Relativamente aos convites endereçados aos Senhores Vereadores esclareceu que são sempre de imediato remetidos aos seus destinatários, acrescentando que por vezes os mesmos são entregues tardiamente nos serviços da Câmara Municipal. -----

-----INFORMAÇÕES-----

O Presidente da Câmara deu conhecimento que a Secretaria de Estado da Cultura já assumiu parte da dívida que tinha para com o Município de Guimarães, na sequência do protocolo que permitiu a requalificação do edifício para a extensão do Museu de Alberto Sampaio, no valor de 1,5 milhões de euros, faltando o pagamento de cerca de 500 mil euros para que a obra seja entregue para a instalação da extensão do referido museu no edifício recuperado. -

-----ORDEM DO DIA-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, para conhecimento, nos termos do art.º 25.º n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, informação sobre a situação económica e financeira da VIMÁGUA, EIM, SA relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2012, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, para conhecimento, nos termos do art.º 25.º n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, informação sobre a

situação económica e financeira da VIMÁGUA, EIM, SA relativa ao período findo em 31 de junho de 2013, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do ofício da VIMÁGUA, EIM SA remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas relativo ao primeiro semestre de 2013, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Do ofício da VIMÁGUA EIM, SA remetendo, para conhecimento, o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional para 2014 e Parecer do Fiscal Único, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

5. Do ofício da VITRUS Ambiente EM SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento das disposições dos seus Estatutos e do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os Instrumentos de Gestão Previsional para 2014, aprovados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral, acompanhado do respetivo Parecer do Fiscal Único, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2013 – SEGUNDO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães,



em sua reunião realizada em 14 de novembro de 2013, deliberou aprovar o primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, relativo ano de 2013, celebrado com a Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho em 9 de outubro último, para a execução das obras de pavimentação da rua de S. Martinho, rua da Batoca e rua do Outeiro Levado, e ainda a construção de um acesso para pessoas de mobilidade reduzida na rua de S. Martinho (acesso ao Cemitério).” Contudo, verificou-se ter havido um lapso na designação do nome de uma das ruas a pavimentar, pelo que a referida Junta de Freguesia pretende pavimentar as ruas de S. Martinho, do Outeiro Levado e a da Veiga, e não a rua da Batoca, como havia sido mencionado. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 9 de outubro de 2013, passando a cláusula 1.^a a ter a seguinte redação: “O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho para a execução das obras de pavimentação das rua de S. Martinho, da Veiga e do Outeiro Levado, e ainda a construção de um acesso para pessoas de mobilidade reduzida na rua de S. Martinho (acesso ao Cemitério).” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:

“O Presidente da Junta da União de Freguesias de Serzedo e Calvos solicitou um apoio financeiro para a conclusão dos trabalhos referentes à construção dos balneários do campo de futebol da freguesia de Calvos, manifestando a impossibilidade de assumir a totalidade da despesa e informando da necessidade de suspender a obra, apesar da extrema necessidade de a concluir,

sob pena de encerramento das instalações e suspensão de todas as atividades desportivas, tendo em conta o incumprimento da legislação em vigor. O Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos necessários, tendo elaborado uma estimativa orçamental para a totalidade da obra no valor de 74.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo que já se encontram executados 40% daqueles trabalhos. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse para a comunidade inerente e ainda os prejuízos que podem advir da suspensão da obra, submete-se à aprovação do executivo camarário, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a comparticipação daquela obra, através da atribuição de um subsídio no valor de 20.000,00€.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PROTOCOLOS – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE (ARS) DO NORTE, IP - ADENDA AO PROTOCOLO COM O SERVIÇO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOXICODEPENDÊNCIA – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães celebrou em 1995 um protocolo de cooperação com o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT), para a instalação de uma unidade de atendimento de toxicodependência neste concelho, ao abrigo do qual foi decidida a utilização de um espaço no pavilhão anexo ao antigo hospital – anteriormente cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Guimarães-, tornando-se necessário, contudo, fazer-se consignar em suporte legal a quem incumbe a responsabilidade pelo pagamento dos consumos de água e eletricidade daquelas instalações cedidas. Atendendo a que a



ausência deste suporte legal em definir a atual responsabilidade da Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, IP tem impedido, nos últimos meses, o pagamento das faturas de eletricidade mencionadas, e que esta situação levou a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães a exigir o pagamento das faturas vencidas sob pena de ser reconsiderada a possibilidade de denunciar o protocolo que permite ao Polo de Guimarães do Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga permanecer nas instalações daquela instituição, o Conselho Diretivo da ARS do Norte, IP propõe ao Presidente do Município de Guimarães a assinatura de uma adenda ao protocolo de cooperação celebrado com o antigo Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência que consigne que a ARS do Norte, IP assume os pagamentos respeitantes aos consumos de energia e água, e demais despesas associadas, do polo de Guimarães do CRI de Braga. Importa assim, submeter à aprovação em reunião de Câmara esta adenda apresentada pela ARS do Norte, IP, cuja minuta se anexa.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DE PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães tem vindo, ao longo dos últimos anos, a apostar em políticas económicas para o Concelho, nomeadamente através da realização de investimentos estruturantes como a criação do Parque Ciência e Tecnologia, denominado, Avepark, onde se encontra instalado o Instituto 3 B’s Research Group, Spinpark, entre outros, e a construção de equipamentos necessários à prossecução e à atratividade de Guimarães como um todo. Na área empresarial, o Parque

Industrial de São João Ponte, Sande Vila Nova, Guardizela, Brito, Lordelo, entre outros, bem como com a criação e participação em associações vocacionadas para a dinamização de atividades económicas, empresariais e sociais de âmbito local. Deste modo, verifica-se o interesse desta autarquia em dar continuidade àquelas políticas, nomeadamente através da concessão de apoios/benefícios de natureza tributária, de modo a tornar o concelho mais atrativo à realização de investimentos económicos que viabilizem a criação de riqueza e a oportunidade da criação de novas áreas de negócios, bem como a criação ou o aumento de postos de trabalho, atento o quadro legal de atribuições e competências das autarquias locais, fixado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do qual compete aos municípios prosseguir os interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações. A Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ao atribuir às assembleias municipais poderes para concederem isenções totais ou parciais, que respeitem a impostos locais, confere aos municípios poderes tributários distintos de um mero poder fiscalizador da administração, uma vez que os órgãos deliberativos podem conceder isenções totais ou parciais que respeitem a impostos locais, e em matérias de adaptação local de impostos nacionais, veio evidenciar que o exercício dos poderes tributários como se encontram estabelecidos na Lei das Finanças Locais é compatível com o princípio da legalidade. Sendo certo que não existe um quadro legal que fixe as condições, critérios e pressupostos de que dependem os benefícios fiscais a conceder pelas autarquias locais no âmbito do disposto no n.º 2, do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, tornou-se necessário estabelecer critérios vinculativos que confirmem previsibilidade mínima ao exercício dos poderes pelos municípios,



por via regulamentar, garantindo, assim, o respeito pelo princípio da igualdade. Assim, torna-se necessário definir previamente os pressupostos do exercício dos poderes tributários da autarquia, que garanta o respeito pelos interesses visados pela legalidade fiscal, proporcionando, em simultâneo, conteúdo e sentidos úteis ao princípio constitucional da autonomia financeira local. Neste sentido, a autarquia pretende adotar uma postura a favor da economia do concelho, propondo a aprovação de um regulamento que visa o desenvolvimento de condições favoráveis ao investimento, e à criação de postos de trabalho, com vista à promoção de um ambiente próspero e de sucesso, favorável ao empreendedor e de igual modo dinamizar a atividade económica e a criação de emprego na região. Desta forma, elaborou-se um **Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal – RPEIM** - que visa definir critérios a adotar pela Câmara e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos Económicos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães, tendo por objetivo a concessão de isenções totais ou parciais de impostos municipais, conforme disposto na alínea d), do artigo 15º, e nºs 2 e 3, do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, contribuindo para uma maior transparência nas deliberações tomadas pelos órgãos municipais, e prossequindo uma política de atribuição de benefícios tributários a entidades e ou agentes económicos previstos no Regulamento, que prossigam atividades de investimento produtivo, com o objetivo de atrair ou manter, no concelho de Guimarães, investimentos e novas iniciativas de negócios que complementem estruturalmente o seu desenvolvimento endógeno sustentável, estimulando a fixação da população e proporcionando a criação de emprego. Neste contexto, dever-se-á decidir superiormente propor a aprovação do

Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal, conforme minuta que se anexa, pelo que caberá à Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aprovação do presente Regulamento, conforme previsto nas alíneas k), do nº 1, do art.º 33, g) do n.º 1 e k), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” A minuta do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal na correspondência a um objetivo transmitido aos vimaranenses na última campanha eleitoral autárquica, de uma intervenção do Município na criação de condições para um maior desenvolvimento económico do concelho, contribuindo para mais emprego e crescimento de valor no produto gerado na economia da região. A situação de desemprego em que se encontra um número muito significativo de residentes na nossa comunidade concelhia constitui a mais elevada preocupação municipal. Tal tem sido acentuado desde o início da crise económica internacional, particularmente vivida na Europa do Sul a partir de 2008, e consequentemente mereceu, nas eleições de Setembro passado,



um particular enquadramento como não tinha sucedido no passado, quando em Guimarães as indústrias têxteis, de calçado, das cutelarias, e a construção, garantiam uma oferta de emprego que correspondia à procura de trabalho dos nossos concidadãos. Deve referir-se também que as alterações legislativas constantes da lei nº 73/2013 atribuem aos Municípios formalmente mais competências na área do desenvolvimento económico, a que devemos corresponder. Esperamos assim que a proposta de regulamento hoje aprovada possa contribuir para que Guimarães se afirme, como sucedeu ao longo de todo o século XX, como expressão de uma comunidade atrativa do investimento, criadora de riqueza e de valor, estratégica para o desenvolvimento do País. O presente regulamento pretende ser um contributo para esse objetivo e a experiência, que a sua aplicação proporcionará, irá indicar as lacunas na especialidade que, a seu tempo, deverão ser corrigidas.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “É com regozijo que os vereadores PSD/CDS vêm o agendamento deste ponto. Com regozijo porque é facto público, notório e amplamente documentado que esta é uma bandeira muito antiga do PSD. Designadamente nesta Câmara e concretamente no mandato anterior foram várias as intervenções sobre esta matéria, exigindo à Câmara uma maior pro-atividade na captação de investimentos, exigindo à Câmara que não se demitisse das suas funções de estímulo da economia concelhia. Como é igualmente público, notório e amplamente documentado, foi-nos sempre respondido (pelo executivo socialista de que transitam dois elementos, um dos quais é hoje o seu Presidente) que não era função da Câmara adotar medidas de estímulo à

economia, foi-nos sempre sempre dito que as medidas com impacto económico podiam apenas provir da Administração Central, não cabendo aos municípios tal função, foi-nos até dito, no que podemos considerar desespero argumentativo, que o problema dos empresários era a falta de crédito sendo que quanto a isso nada poderia a Câmara fazer. É por isso com regozijo que constatamos hoje uma total inversão nesta postura política por parte do PS. É por isso com regozijo que verificamos agora que o Dr. Domingos Bragança, no mandato anterior, concordava já, ainda de modo silente, com o que vinham defendendo os vereadores do PSD. No entanto hoje, na posição de Presidente da Câmara Municipal, põe em prática aquilo que a oposição sempre defendeu e que o PS sempre se esforçou por desacreditar. Nesta postura não há qualquer ironia, porque conquanto o PS a assumia e dela não procure dar uma diferente perspetiva, trata-se de uma postura que só poderemos elogiar. Porque em boa verdade, não se trata aqui de discutir as paternidades da medida, pois como é sabido e foi sempre assumido no discurso político do PSD, do que se tratava era de aplicar em Guimarães medidas que eram já aplicadas noutros municípios portugueses. Mas não se pode nem será sério por outro lado olvidar que se trata de algo que no debate político local, em Guimarães, foi o PSD que ao longo de anos foi propondo, exigindo, apelando para que a Câmara assumisse uma tal postura. Com o que o PS sempre discordou. Hoje concorda, o que apenas nos pode fazer sentir regozijados. Concretizando, uma tal proposta mereceria sempre o nosso voto favorável. Porque corresponde ao que defendemos politicamente e sobretudo, porque corresponde àquela que foi a principal proposta política da candidatura à Câmara Municipal da Coligação "Juntos por Guimarães", encabeçada por André Coelho Lima, com base na



qual foram eleitos os vereadores que subscrevem esta declaração. Não obstante o que fica dito e estando assumido o posicionamento político face a esta proposta, falta contudo a sua análise concreta, a análise do clausulado regulamentar e das medidas políticas que o mesmo enforma. E nisso mantêm-se divergências quanto a algumas das opções tomadas, designadamente as seguintes: 1) Consideramos que nos fatores de discriminação o peso maior deveria ser para a criação de postos de trabalho, que está insuficientemente tratado na presente proposta; 2) Consideramos que o tempo de implementação do projeto não é fator relevante de discriminação, sendo importante isso sim assegurar um período mínimo de vigência do investimento [está referido na alínea d) do art. 3º mas do modo que consideramos insuficiente na medida em que a violação do “compromisso” aí sugerido não comporta quaisquer consequências]; 3) Não nos parece igualmente de particular relevância a discriminação etária que se pretende fazer operar, consideramos que o que é importante é que existam investidores, independentemente do escalão etário em que se situem; 4) Existem outros critérios como a simples manutenção dos postos de trabalho, como o peso das exportações, como a existência de projetos desenvolvidos em parceria com agentes locais (ex: Universidade ou tecido social ou associativo), como a adoção de políticas potenciadoras da chamada “economia verde”, que sempre defendemos deveriam ser igualmente incluídos e que não se encontram incluídos na presente proposta. Em face do exposto, não obstante tratar-se de uma iniciativa política com a qual concordamos, em coerência aliás com o que sempre defendemos, ela não se encontra – legitimamente – elaborada nos termos em que o faríamos, razão pela qual iremos optar pela abstenção.” -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

– Presente uma informação da Chefe da Divisão Administrativa respeitante às alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que se anexa. A referida informação, bem como os documentos anexos, dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Luísa Pedroso e José Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO CONTINUADO DE GÁS NATURAL – TRIÉNIO 2014/2016

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, há 13 estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do 1º ciclo, designadamente as EB1/JI’s Valinha/Polvoreira, Conceição e Caneiros/Fermentões, Alto da Bandeira/Creixomil, Cruz d’Argola/Mesão Frio, Sta. Luzia/Azurém, S. Roque/Costa, Cruzeiro/Gondar, a EB1 Oliveira do Castelo e os Centros Escolares de Pevidém, Ponte, Urgezes e Pinheiral que necessitam de fornecimento continuado de gás natural. Nesse sentido, e considerando que: o abastecimento de gás natural é essencial e imprescindível ao aquecimento dos edifícios escolares e



ao funcionamento das respetivas cantinas; estes serviços estão assegurados apenas até 31 de dezembro de 2013; compete à câmara municipal proceder à aquisição de serviços e gerir instalações e equipamentos integrados no património do município, nos termos do disposto das alíneas dd) e ee), do número 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se, em conformidade com o Código dos Contratos Públicos, que seja diligenciada a abertura de procedimento concursal para a aquisição de serviços de fornecimento continuado de 3719001 kWh de gás natural durante o triénio 2014/2016, conforme discriminado no anexo D do caderno de encargos. O custo estimado com a aquisição destes serviços é de 219.510,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%), não estando a celebração do respetivo contrato de aquisição sujeita a redução remuneratória ou a pedido de parecer prévio por se tratar de um serviço essencial previsto no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pela Lei nº. 12/2008, de 26 de fevereiro. Propõe-se, ainda que, ao abrigo do artigo 27.º do CCP, seja prevista no Programa de Concurso a possibilidade de adoção do ajuste direto para a aquisição de serviços de fornecimento de gás natural a estabelecimentos de ensino que, não integrando atualmente o concurso, possam, em resultado da requalificação do parque escolar, vir a necessitar do mesmo. Por último, conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, mais se propõe seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante à despesa que resulta da presente aquisição de serviços, repartida da seguinte forma: Ano de 2014 – 73.170,00€ + IVA; Ano de 2015 – 73.170,00€ + IVA; Ano de 2016 – 73.170,00€ + IVA. À consideração superior.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO A PROJETOS E OBRAS NA ÁREA DA ELETROTECNIA – Presente

a seguinte informação: "**1. Objeto:** aquisição de serviços de consultoria, fiscalização e apoio técnico a projetos e obras na área da eletrotecnia. **2. Considerandos:** Em conformidade com as regras a observar na elaboração dos projetos das instalações elétricas dos edifícios municipais, e tendo em conta a competência específica dos técnicos que prestam estes serviços, e ainda as inerentes responsabilidades, nomeadamente a responsabilidade do projeto, a responsabilidade pela execução e da exploração, a Câmara Municipal de Guimarães, não dispondo no seu quadro de pessoal de técnicos devidamente habilitados para o efeito, tem celebrado contratos de aquisição de serviços, nomeadamente com a empresa FERIS- Projetos Elétricos, Lda., referente a serviços de consultoria, fiscalização e apoio técnico a projetos e obras na área da eletrotecnia, pelo valor anual 12.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Ao longo destes anos, aquela empresa responsabilizou-se pelas instalações elétricas em vários edifícios municipais, tais como o Pavilhão Multiusos, Creixomil; Piscinas Municipais - Parque Desportivo, Creixomil; Pista de Atletismo "Gémeos Castro" - Parque Desportivo, Creixomil; Centro Cultural Vila Flor - Av. D. Afonso Henriques; Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; Novo Mercado Municipal; Edifício sede Câmara Municipal de Guimarães; Edifício da Escola João de Meira; Edifício do Centro Escolar Urgezes; Edifício da Plataforma das Artes; Piscinas Municipais de Moreira de Cónegos; Edifício da Casa da Memória.



Verifica-se a necessidade um apoio contínuo de técnicos para a consultoria, fiscalização e apoio a projetos e obras na área da eletrotecnia do Departamento de Obras Municipais, bem como para assumir a responsabilidade pela exploração das instalações elétricas dos equipamentos municipais acima identificados, e emissão dos respetivos termos de responsabilidade, pois tais instalações carecem de técnico responsável pela exploração, nos termos artº 19º do Decreto-Lei nº 517/80, de 31 de outubro. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Propõe-se, assim, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10, do art.º 75.º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), que a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviço, pelo prazo de 1 ano, com início a 1 de Janeiro de 2014 e término a 31 de dezembro de 2014, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é prestação de serviços de consultoria, fiscalização e apoio técnico a projetos e obras na área da eletrotecnia; b) A despesa total estima-se em 12.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) Atendendo a que o serviço a prestar só produzirá efeitos no orçamento de 2014, que ainda não se encontra aprovado, esta despesa será cabimentada para efeitos de adjudicação, nos termos do nº 3 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com consulta a 3 entidades.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

PATRIMÓNIO – COMODATO – EDIFÍCIO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE CALDELAS – BANDA MUSICAL DAS CALDAS

DAS TAIPAS – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Banda Musical das Caldas das Taipas vem solicitar a cedência do edifício onde funcionou o jardim de infância da rede pública do ensino pré-escolar, situado na rua Professor Manuel José Pereira, da freguesia de Caldelas, para desenvolvimento de atividades letivas da sua Academia de Música. Pretende a Banda Musical rentabilizar aquele espaço em parceria com o Agrupamento de Escolas das Taipas, proporcionando às camadas mais jovens oportunidades de aprendizagem na área da música e criando zonas de convívio e inserção social para toda a comunidade. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, e, considerando que a Autarquia tem vindo a ceder edifícios escolares devolutos a diversas entidades, contribuindo assim para a implementação de valências culturais e sociais que se traduzam num efetivo enriquecimento da oferta de serviços às populações, será de deferir o pedido da Instituição. Deste modo, em caso de concordância superior, poderá ser formalizada a cedência do identificado prédio através de contrato de comodato, a fim de satisfazer as necessidades da Banda Musical das Caldas das Taipas, e demais população. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea o), nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a cedência à Banda Musical das Caldas das Taipas do antigo edifício do jardim de infância da rua Professor Manuel José Pereira, da freguesia de Caldelas, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 322/19910405 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1913, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por



reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS – REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte proposta: “1.

A atual estrutura orgânica dos serviços do município, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2013, resultou da aplicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que impunha aos municípios a adequação das respetivas estruturas orgânicas às novas regras e critérios nele previstos até 31 de dezembro de 2012. Com o início de um novo mandato autárquico, entendemos ser de rever a estrutura existente, de modo a adequá-la aos objetivos estratégicos propostos e ao modelo de gestão que se pretende imprimir, voltado para a excelência operacional e orientado pela otimização de recursos. **2.** De acordo com os critérios definidos por lei, optou-se por continuar a não prever direções municipais, o que permite o provimento de sete direções de departamento, atenta a exceção prevista no artigo 10.º da referida Lei n.º 49/2012 para a Polícia Municipal. Relativamente ao número de divisões, optou-se pela flexibilização do seu número, ao abrigo do artigo 21.º, n.º 1 do mesmo diploma, o que possibilita a previsão de um número máximo de 23. **3.** Nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, compete à Assembleia Municipal aprovar o modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear e respetivas unidades orgânicas nucleares, e ainda definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas, de equipas multidisciplinares de equipas de projeto. **4.** Nestes termos, propõe-se que **a Câmara Municipal apresente, para aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta de**

manutenção de um modelo de estrutura hierarquizada, constituída da seguinte forma: a) **Estrutura nuclear**, composta por unidades orgânicas nucleares correspondentes a departamentos municipais, dirigidos por dirigente intermédio de 1.º grau, e cujas identificação, atribuições e competências se encontram descritas em anexo (ANEXO 1), em número de **sete**. b) **Estrutura flexível**, composta por unidades orgânicas flexíveis, correspondentes a divisões municipais, dirigidas por dirigente intermédio de 2.º grau, até ao limite máximo de **vinte e três**; c) **Subunidades orgânicas**, dirigidas por coordenador técnico, até ao limite máximo de **treze**; d) A possibilidade de virem a serem criadas, pela Câmara Municipal, **equipas de projeto**, dirigidas por coordenador de projeto, até ao limite máximo de **cinco**. **5.** Nos termos dos artigos 7.º e 10.º do citado Decreto-Lei n.º 305/2009, compete à câmara municipal, sob proposta do respetivo presidente, criar unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por um chefe de divisão municipal, e definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal. **6.** Propõe-se, assim, **a aprovação, pela Câmara Municipal**, condicionada à aprovação, pela Assembleia Municipal, da estrutura referida no ponto anterior, da criação **de vinte e três** unidades orgânicas flexíveis, correspondentes a divisões municipais, descrevendo-se, no anexo 2, as respetivas atribuições e competências. No ANEXO 3 apresenta-se o organograma contendo as unidades orgânicas nucleares e as flexíveis. **7.** Mais se propõe que a estrutura orgânica aprovada entre em vigor a 1 de janeiro de 2014.” Os documentos acima mencionados dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**



Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "A proposta de reestruturação orgânica dos serviços do Município que nos é presente tem uma incidência político-organizacional, tomam-se opções orgânicas, de gestão de recursos humanos, algumas das quais seriam por nós igualmente seguidas, outras que naturalmente o não seriam. Por isso algumas das opções que tomaríamos seriam necessariamente distintas. Reestruturando, renomeando e agregando diferentemente unidades nucleares e/ou divisões. A proposta que nos é presente não se apresenta desconforme e não é funcionalmente desprovida de senso, muito embora merecesse uma diferente abordagem por nossa parte. Pelas aludidas razões, os vereadores PSD-CDS votam **a favor** neste ponto." -----

RECURSOS HUMANOS – MAPA DE PESSOAL 2014 – Presente a seguinte proposta: "De acordo com o disposto no art.º 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aquando da preparação da proposta de orçamento é também planeado o mapa de pessoal, cuja aprovação compete à Assembleia Municipal. Atendendo aos objetivos e estratégias traçados, às competências, aos recursos financeiros e às atividades que se pretende sejam desenvolvidas no decurso do ano de 2014, proponho seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o Mapa de Pessoal para 2014, que se anexa. O Mapa de Pessoal dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RECURSOS HUMANOS – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DE

DESPESAS COM PESSOAL – TIPO DE ENCARGOS – Presente a seguinte proposta: “**1.** Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: i) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou; ii) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham no exercício de funções; iii) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço. **2.** Nos termos dos artigos 46.º, 47.º, 48.º, 74.º e 75.º da referida Lei n.º 12-A/2008, em consonância com o disposto nos artigos 7.º, 8.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, compete ao órgão executivo fixar os montantes máximos com as alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho, bem como, de forma fundamentada, os respectivos universos dos cargos, carreiras e categorias onde as alterações de posicionamento remuneratório e a atribuição de prémios de desempenho podem ter lugar, com as desagregações que se entenderem necessárias. **3.** De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 7º do referido Decreto-Lei n.º 209/2009, tais decisões devem ser tomadas aquando da elaboração do orçamento, sendo certo, contudo, que no que se refere ao montante previsto para recrutamento para ocupação de novos postos de trabalho, tal decisão fica condicionada à aprovação do Mapa de Pessoal para 2014 pela Assembleia Municipal. **4.** Nestes termos, propõe-se que seja aprovado o montante máximo a utilizar no ano de 2014 com os seguintes encargos: a) Recrutamento de trabalhadores necessários para ocupação de novos postos de trabalho previstos



no mapa de pessoal para 2014, caso venha a ser aprovado pela Assembleia Municipal: Dotação de 793.635,44€ (setecentos e noventa e três mil seiscientos e trinta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos). b) Alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho: atendendo à previsão constante da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014, idêntica, neste caso, à que vigorou nos três últimos anos, não poderá o município prever qualquer ato que consubstancie uma valorização remuneratória, razão pela qual se prevê uma dotação de €0,00 (zero euros) para cada um destes encargos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS - Presente um ofício da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA remetendo, para aprovação pelos órgãos competentes do Município, nos termos da Lei, a Proposta de Alteração dos Estatutos da VIMÁGUA, EIM SA, aprovada em Assembleia Geral no passado dia 6 de dezembro. A proposta de alteração de Estatutos dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **O Presidente da Câmara não esteve presente na discussão e na votação da proposta. DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA - PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2013-2017 – Presente um ofício da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA remetendo, para aprovação da Câmara Municipal, a Proposta de

Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2013-2017, aprovada em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, realizadas nos passados dia 5 e 6 de dezembro, respetivamente. A Proposta de Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2013-2017 dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **O Presidente da Câmara não esteve presente na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da empresa intermunicipal. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Luísa Pedroso e José Torcato Ribeiro. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS - Presente um ofício da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA remetendo, para aprovação da Câmara Municipal, a proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, aprovado em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, realizadas nos passados dia 5 e 6 de dezembro, respetivamente. O Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **O Presidente da Câmara não esteve presente na discussão e**



na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da empresa intermunicipal. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.

Votaram a favor os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Luísa Pedroso e José Torcato Ribeiro. ---

ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – PROPOSTA DE TARIFÁRIO 2014

– Presente um ofício da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA remetendo, para aprovação da Câmara Municipal, a proposta de tarifário para 2014, aprovada em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, realizadas nos passados dia 5 e 6 de dezembro, respetivamente. A proposta de tarifário para 2014 dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **O Presidente da Câmara não esteve presente na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da empresa intermunicipal. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor os Vereadores Amadeu Portilha,

Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Votamos a favor da proposta de tarifário para o ano de 2014 apresentada pelo Conselho de Administração da Vimágua na concretização do Contrato de Gestão estabelecido

entre aquela empresa e os Municípios de Guimarães e Vizela em 2008, no qual foram definidas as formas da sua atualização. A proposta votada prevê um aumento médio de 2,7% em relação a 2013, o que para um consumidor médio, até um volume de água de 10m³, corresponderá a um aumento de 0,55€ mensais, resultante, em primeiro lugar, do agravamento das tarifas da Empresa “Águas do Noroeste”, gestora dos sistemas em alta, que estabeleceu um aumento de 5%, de acordo com as diretrizes do Governo, através do Ministério do Ambiente e Energia. De realçar ainda os novos apoios concedidos com a redução de taxas às IPSS concelhias, o que provocará uma diminuição de proveitos de 70000 euros anuais à Vimágua, mas que corresponde às orientações da política social definidas por este executivo. Ao contrário do afirmado na reunião de hoje, o referido tarifário não foi determinado de forma alguma pelas taxas a pagar pelos empréstimos de financiamentos contraídos, os quais pagam um juro anual de 3,8%, muito abaixo do contratualizado pela grande maioria das empresas do sector público estatal. Realçamos por isso a exemplar gestão da Vimágua, o cumprimento do contrato de gestão atrás referido, e a capacidade da empresa para novos investimentos nomeadamente na melhoria da qualidade da água recolhida na estação de captação e na extensão das redes de água e saneamento, para o qual esperamos que continue a contar com o próximo Quadro de Apoios Comunitários.” -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO A CELEBRAR COM O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O MANDATO 2013-2017 - Presente um ofício da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA



remetendo, para aprovação da Câmara Municipal, a minuta do Contrato de Gestão a celebrar com o Presidente do Conselho de Administração para o mandato 2013-2017, aprovada em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, realizadas nos passados dia 5 e 6 de dezembro, respetivamente. A minuta do Contrato de Gestão a celebrar com o Presidente do Conselho de Administração para o mandato 2013-2017 dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **O Presidente da Câmara não esteve presente na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da empresa intermunicipal. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO QUADRILÁTERO URBANO** – Presente a seguinte proposta: “Em reunião da Câmara Municipal de 18 de Fevereiro de 2010 foi votada uma proposta de adesão do Município de Guimarães à Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização. A referida proposta consistia na concretização do “Pacto para a Competitividade e a Inovação Urbanas”, formalizado em Outubro de 2008 entre os Municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, a Universidade do Minho, a Associação Industrial do Minho, e o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal. Nele se propunha a criação de uma rede urbana de cooperação entre as quatro cidades sedes daqueles Municípios que tinha como objetivos a implementação de programas nas áreas digital, da mobilidade, do desenvolvimento urbano, da cultura, da criação, do investimento empresarial, e da internacionalização. Constituída a Associação, esta elaborou um conjunto de projetos que candidatou a programas cofinanciados pela União Europeia

com um investimento elegível próximo dos quinze milhões de euros. Porém, a taxa de execução foi sempre muito reduzida e vários dos programas integrantes não tiveram sequência. A responsabilidade por tal situação é de todos os Municípios envolvidos como, no passado dia 2 de Dezembro, reconheceu em declarações públicas o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos no final de uma reunião que decorreu com a participação dos quatro Municípios associados, onde foi assumido o reconhecimento que Guimarães teve razão quando anunciou a saída do Quadrilátero devido à baixa taxa de execução verificada. A situação de paralisia da Associação e dos projetos anunciados não tinha correspondência com o esforço financeiro que representava para o Município de Guimarães, o que levou à apresentação de uma proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal de 21 de Fevereiro do corrente ano, na qual se deliberou propor à Assembleia Municipal pôr termo à participação do Município de Guimarães na referida Associação, tendo aquele órgão deliberativo, em sessão de 19 de Março de 2013, deliberado mandar a Câmara Municipal para definir o momento exato em que o Município de Guimarães abandonaria aquela Associação de forma a defender os seus interesses e a honra os respetivos compromissos. Após as eleições de 29 de Setembro passado, os quatro Presidentes das Câmaras dos Municípios integrantes da Associação estabeleceram contactos e concluíram da importância acrescida que teria, face ao próximo Quadro de Apoios Comunitários, a apresentação de projetos abrangentes dos seus territórios urbanos numa lógica supramunicipal, assumindo um compromisso multilateral de total empenho nas atividades da Associação Quadrilátero, que será concretizado com a presença pessoal, sem se fazerem substituir, dos quatro Presidentes em,



pelo menos, quatro reuniões em cada ano civil a realizar para a definição, acompanhamento, e assunção concreta de compromissos no âmbito da gestão do Quadrilátero. Assim sendo, entendemos que a Associação Quadrilátero reúne hoje todas as condições para regressar aos seus objetivos iniciais e responder ao desafio que lhe foi colocado pela deliberação de Fevereiro passado da Câmara Municipal de Guimarães que constituiu um importante alerta, reconhecido por todos os outros Municípios, para o seu relançamento. Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a manutenção do Município de Guimarães na Associação Quadrilátero Urbano.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE PROPOR À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE MARÇO DE 2013 TENDO EM VISTA A MANUTENÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NA ASSOCIAÇÃO QUADRILÁTERO URBANO. ----**

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta para a continuação do Município de Guimarães como membro da Associação Quadrilátero Urbano pelas razões amplamente desenvolvidas na proposta presente à reunião, acentuando a assunção por todas as Câmaras envolvidas do reconhecimento de que o caminho anterior não correspondia aos objetivos de criação da associação, e também do reconhecimento por todas das razões da Câmara de Guimarães em por termo à sua participação. O compromisso assumido pelos quatro Presidentes das Câmaras Municipais associadas na elaboração e concretização de novos projetos, e na presença, sem se fazerem substituir, em reuniões trimestrais deliberativas da associação,

constitui uma garantia que será empreendido um novo esforço supramunicipal que é essencial para o aproveitamento do próximo Quadro de Apoios Comunitários de que Guimarães não se podia excluir.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Neste ponto, propôs-nos o executivo socialista deliberar “*submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães a manutenção do Município de Guimarães na Associação Quadrilátero Urbano*”. Começamos por este ponto: Guimarães nunca saiu da Associação Quadrilátero Urbano. Pese embora a deliberação da Câmara Municipal de saída da Associação Quadrilátero Urbano, o facto é que ela foi de tal modo ambígua que permitia, como permitiu, a manutenção do Município de Guimarães na associação em questão, apesar de se ter formalmente deliberado a sua saída. Assim sendo e para que fique claro, aquilo que hoje deliberamos não é a manutenção de Guimarães na referida associação. Aquilo que hoje se delibera é a **revogação da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de 19 de Março de 2013**. É disto que se trata. Da revogação de uma deliberação. Como acertadamente se veio a decidir que constasse após a discussão que teve lugar. Em todo o caso, do que se trata na realidade é da reposição da regularidade institucional naquela que podemos qualificar como sendo a maior infantilidade política a que se assistiu na política vimaranense. Por amuo. Por birra. Por ciúme injustificado, iria o Município de Guimarães ficar afastado da Associação Quadrilátero Urbano. Mas findo o turbilhão de emoções o facto é que a razão triunfou. Em Dezembro de 2012 a associação era fundamental, como consta de vários documentos subscritos pelo Município. Em Fevereiro de



2013, “tudo uma fotografia levou” e o Município de Guimarães dá o dito por não dito. Em Outubro, o dito por não dito é desditado e o Município revoga a deliberação anterior. Como seria expectável e como na altura dissemos, Guimarães nunca saiu da Associação. Guimarães sempre esteve na associação. Guimarães nada fez para sair da Associação, em desrespeito do mandato conferido pela Assembleia Municipal de Guimarães. Isto porque Guimarães nunca sairia da Associação. Como era sabido. Passada a emoção. Veio a razão. Na verdade, os pressupostos que motivaram a constituição da Associação mantêm-se. Hoje, como em Fevereiro de 2013. Os pressupostos do Programa Estratégico de Cooperação celebrado entre os Municípios constituintes mantêm-se na sua essencialidade. Em Fevereiro, como hoje, *“a criação de uma rede urbana de cooperação entre as quatro Cidades sedes de Município que tinha como objetivos a implementação de programas nas áreas digital, da mobilidade, do desenvolvimento urbano, da cultura, da criação, do investimento empresarial e da internacionalização”* continua a ser a pedra de toque da associação. A afirmação da necessidade da presença do Município de Guimarães nos respetivos órgãos. Por isso mesmo não se compreende a alusão à “importância acrescida” da manutenção do Município na Associação. A importância de hoje é a importância de Fevereiro de 2013. Os projetos são, na sua essência, os mesmos. Porque o Plano Estratégico de Cooperação é rigorosamente o mesmo. Aliás, ainda em Setembro de 2013 a associação lançou publicamente uma iniciativa sob o mote “Viva a Cultura”, inserida no mesmo Plano Estratégico de Cooperação. Publicidade na qual se fazia alusão a Guimarães. Como membro de pleno direito da associação. Como beneficiária da campanha publicitária. Dúvida não havia de que Guimarães não sairia da Associação. Aliás, nem

poderia, como é sabido, em virtude das responsabilidades contraídas na sequência dos financiamentos comunitários. Por isso mesmo, a deliberação de Fevereiro de 2013 constitui uma infantilidade. Uma verdadeira trapalhada. Uma fotografia da subjugação dos interesses municipais aos interesses partidários. Procurando justificar o injustificável, vem, hoje, o Município de Guimarães dizer que a taxa de execução dos programas comunitários sempre foi “muito reduzida e vários dos programas integrantes não tiveram sequência”. Esquece o Município de Guimarães que sempre esteve representado no órgão executivo da associação? Nunca se ouviu uma crítica que fosse, interna ou externamente, dos representantes do Município de Guimarães na associação. Seja no órgão executivo. Seja na assembleia geral. Esquece o Município de Guimarães que ainda nas Grandes Opções do Plano votadas para o ano de 2013, era referido expressamente a importância do Quadrilátero Urbano para a política económica concelhia? Esquece o Executivo de Guimarães que esteve a presidir aos destinos da referida associação através do então vereador, Sr. Dr. César Machado? De quem não se conhece uma crítica à execução da Associação Quadrilátero? De quem não se conhece a defesa da saída de Guimarães da Associação ocorrida em Fevereiro de 2013? Assim sendo, hoje, na verdade, estamos a votar uma mera formalidade. Todos sabíamos que tal iria acontecer. Foi mais cedo que tarde. No texto da deliberação diz-se, para grande surpresa, que a *“responsabilidade por tal situação é de todos os Municípios envolvidos”* o que como se sabe contraria a ideia que a Câmara de Guimarães e nomeadamente do Dr. Domingos Bragança sempre quis passar, de que no Quadrilátero Urbano grassava a incompetência, algo a que Guimarães não estava habituada. Por aqui se demonstra que, podendo ser



verdadeira a inexistência de alguma ineficiência no funcionamento da estrutura, não foi essa a razão da saída de Guimarães. Até porque, como se vê, Guimarães reconhece agora expressamente a sua coresponsabilidade nessa ineficiência. Por outro lado diz-se no texto que numa *"reunião que decorreu com a participação dos quatro Municípios associados, onde foi assumido o reconhecimento que Guimarães teve razão quando anunciou a saída do Quadrilátero devido à baixa taxa de execução verificada"*. Ora esta é uma frase que não pode passar incólume, por não ser verdadeira. Além de gritantemente pretenciosa. Hoje termina uma das maiores trapalhadas do PS em Guimarães. Guimarães aderiu ao Quadrilátero Urbano apenas em Fevereiro de 2010. Em Novembro de 2012 aquando do Plano e Orçamento para 2013, a Câmara de Guimarães manifestou que se tratava de uma plataforma essencial para o desenvolvimento de Guimarães. Passados 3 meses, em Fevereiro de 2013, a mesma Câmara Municipal propõe a saída da Associação Quadrilátero Urbano, após uma fotografia no JN. E agora, volvidos 9 meses, já pretende o regresso à Associação cuja saída deliberou mas nunca materializou. Já neste mandato os vereadores PSD-CDS intervieram em reunião de Câmara defendendo expressamente a continuidade do Município na Associação. Hoje, como em Fevereiro fizemos um apelo ao bom senso do executivo. Guimarães deve estar acima dos interesses partidários. No álbum da história da associação, Guimarães tem, numa das suas páginas, uma fotografia menos bonita. Mas a essência é que a caravana passou. Guimarães assumiu, tal como previsível, as suas responsabilidades no contexto da região. Apesar da infantilidade que grassou nos últimos meses, com que pactuaram muitos vereadores e deputados municipais, pessoas sérias e credíveis, que acabaram

por caucionar uma atuação manifestamente imatura e desassisada. A posição dos vereadores PSD-CDS é clara. Apesar do comportamento lastimável do Partido Socialista nesta matéria, convém não esquecer que o que está em causa é a revogação da deliberação tomada em Fevereiro último e a manutenção de Guimarães na Associação Quadrilátero Urbano. Em coerência com o voto contra na altura tomado pelos vereadores do PSD e em coerência com a intervenção tida já neste mandato pelo vereador António Monteiro de Castro, **votaremos favoravelmente.**" -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PLANO ANUAL DE FEIRAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta:

"De acordo com o disposto no n.º6 do artigo 18º da Lei n.º 27/2013, compete à Câmara Municipal aprovar e publicar, até ao início de cada ano civil, o plano anual de feiras e os locais, públicos ou privados, autorizados a acolher estes eventos. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprove o Plano Anual de Feiras do Concelho de Guimarães, conforme documento que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta. O Plano Anual de Feiras do Concelho de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – NORMAS PARA A CEDÊNCIA DE VIATURAS DE TRANSPORTE COLETIVO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

– Presente a seguinte proposta: "O Município de Guimarães aprovou, e tem em vigor, um Regulamento de Cedência e Utilização de Viaturas de Transporte Coletivo cujas normas visam o estabelecimento de regras de cedência e utilização das viaturas de transporte colectivo da Câmara Municipal de Guimarães. No âmbito do Projeto *(Re)Conhecer Guimarães*, a Câmara Municipal propõe-se apoiar os estabelecimentos de ensino nas visitas de



estudo e outras iniciativas que pretendam promover e que visem aprofundar o conhecimento do Concelho, durante o período escolar, numa lógica de proximidade, divulgação e articulação com as diferentes entidades e serviços que desenvolvem atividades de interesse cultural, educativo e social. Considerando que se trata de um projeto específico, com duração limitada no tempo (ano letivo), e que se destina a um público-alvo particular, os estabelecimentos de ensino do concelho, e os seus alunos, é necessário estabelecer novas normas para disciplinar esta cedência de utilização de viaturas de transporte coletivo da Câmara Municipal, que complementem as constantes do Regulamento Municipal supra identificado. Assim, nos termos do disposto nos art.ºs 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º, e da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal as normas para a cedência de utilização de viaturas de transporte coletivo da Câmara Municipal de Guimarães aos estabelecimentos de ensino.”

As normas para a cedência de utilização de viaturas de transporte coletivo da Câmara Municipal de Guimarães aos estabelecimentos de ensino dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundaria Francisco de Holanda solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 21 e 25 de Janeiro

de 2014, ao aeroporto Francisco Sá Carneiro. Assim, Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 33 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, por despacho de 28 de Novembro de 2013 propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião do executivo o respectivo pedido de apoio para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ADENDAS AOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – ANO LETIVO 2013/2014 – Presente, para ratificação, o despacho do

Presidente da Câmara, datado de 14 de novembro de 2013, que concordou com a proposta de celebração de Adenda aos Protocolos de Colaboração no âmbito das AEC, de acordo com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior foi aprovado em reunião de Câmara de 19 de setembro último, a celebração de protocolos de colaboração com os Agrupamentos de Escolas no âmbito do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, para o ano letivo 2013/2014. Dado que, a inclusão da oferta de Psicomotricidade e de Terapia da Fala destinada aos alunos do 1.º ciclo de ensino básico matriculados nas Unidades de Ensino Estruturado e/ou Apoio Estruturado não estava inicialmente prevista, torna-se necessário introduzir nos Protocolos de Colaboração celebrados com os Agrupamentos de Escolas de Fernando Távora, João de Meira, Francisco de Holanda e Taipas, uma Adenda, de modo a que o clausulado contemple a totalidade da oferta disponibilizada pelo Município àqueles agrupamentos de escolas. A fim de ser presente em reunião de Câmara para



deliberação, junto se anexa a Minuta de Adenda.” A minuta do contrato de delegação de competências e o referido mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CEB – ANO LETIVO 2013/2014 – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, no âmbito do Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º CEB, e de acordo com o disposto no art. 3º do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa, anexo ao Despacho nº 18987/2009, de 6 de agosto, e publicado no Diário da República nº 158, (2ª série), de 17 de agosto, é conferida aos municípios a possibilidade de realizar parcerias com associações de pais e encarregados de educação ou outras entidades que estejam a assumir a gestão dos refeitórios, mediante a celebração de protocolos. Assim, e considerando que os protocolos a celebrar entre as partes deverão integrar o processo de candidatura a submeter informaticamente à Direção de Serviços da Região Norte da DGEstE, junto se anexa para deliberação em reunião de Câmara: relação das entidades parceiras; minuta de protocolo. À consideração superior.” A minuta do contrato de delegação de competências e o referido mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA – ACORDO DE COOPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR –

ANO CIVIL DE 2014 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, é renovado anualmente o Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, celebrado entre a Autarquia, a DREN e o Instituto da Segurança Social, do qual resulta a atribuição de uma comparticipação financeira, cujo montante é determinado tendo por base o número de crianças inscritas em cada Jardim-de-Infância da rede pública nas atividades de animação (prolongamento de horário) e de apoio à família (almoço), e que consta do anexo do Acordo. Com base nos dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas e de modo a assegurar o desenvolvimento das atividades de animação e apoio à família é apresentada anualmente proposta de atribuição de verbas. Neste sentido: compete à autarquia assegurar a componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, nos termos do disposto na alínea b), ponto 1, artigo 10º, do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho; compete igualmente à Autarquia nos termos da alínea ee) do nº 1, do artigo 33, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, gerir instalações, equipamentos e serviços integrados no património municipal; propomos que seja dado despacho de autorização de compromisso para a transferência de verbas para as Freguesias, no ano civil de 2014, no valor mensal de 97. 443,60€, conforme discriminado nos mapas em anexo, o que perfaz um total no valor de 1.071. 879,60€. Propomos ainda a celebração de contratos de delegação de competências com aquelas entidades, nos termos da alínea k), nº 1, do art.º 25, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9º e alínea i), do n.º 1, do art.16º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme minuta em



anexo. À consideração superior.” A minuta do contrato de delegação de competências e o referido mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

EDUCAÇÃO – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE MODO A ASSEGURAR A ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2014

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, e de modo a ser assegurada a alimentação e gestão em refeitórios escolares, é apresentada anualmente proposta de atribuição de verbas. Nesse sentido, e considerando que: compete à câmara municipal gerir instalações e equipamentos integrados no património do município, nos termos do disposto da alínea ee), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; é igualmente da competência da autarquia, nos termos da alínea hh), do número 1, do artigo 33º, da Lei supracitada, deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, nos termos determinados pelo Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, com as alterações introduzidas pelos Despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro de 2010, nº 12284/2011, de 19 de setembro de 2011, nº 11886-A/2012, de 6 de setembro de 2012, e nº 11861/2013, de 12 de setembro de 2013, propõe-se que seja dado despacho de autorização de compromisso para a transferência de verbas para as Freguesias, no ano civil de 2014, no valor mensal de €35.369,20, conforme discriminado no mapa em anexo, o que

perfaz um total anual no valor de €389.061,20. Propõe-se ainda a celebração de contrato de delegação de competências com aquelas entidades, nos termos da alínea k), nº 1, do art.º 25, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9º e alínea i), do n.º 1, do art.16º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme minuta em anexo. À consideração superior.” A minuta do contrato de delegação de competências e o referido mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA VIGILÂNCIA EM TRANSPORTE ESCOLAR – ANO CIVIL 2014 - Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “ Como é de conhecimento superior, os alunos matriculados na EB1 Cadoso S. Tiago e as crianças e alunos residentes em Matamã, que frequentam o Centro Escolar de Infantas, estão a beneficiar, ao longo de vários anos, de transporte escolar em autocarros da Autarquia. Neste sentido e de modo a ser assegurada a segurança das crianças e alunos no trajeto casa/escola e vice-versa, é apresentada anualmente proposta de atribuição de verbas. Assim e considerando que: compete à Autarquia zelar pela segurança das crianças, nos termos do disposto no artigo 8º, da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril de 2006, diploma que regulamenta o transporte coletivo de crianças até aos 16 anos; compete igualmente à Autarquia, nos termos da alínea ee), do nº 1, artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, gerir instalações, equipamentos e serviços; propomos que seja dado despacho de autorização de compromisso para a transferência de



verbas para as Freguesias, no ano civil de 2014, no valor mensal de 600€, conforme discriminado no mapa em anexo, o que perfaz um total no valor de 6 600€. Propomos ainda a celebração de contratos de delegação de competências com aquelas entidades, nos termos da alínea k), nº 1, do art.º 25, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9º e alínea i), do n.º 1, do art.16º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme minuta em anexo. À consideração superior.” A minuta do contrato de delegação de competências e o referido mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

AÇÃO SOCIAL – IRMANDADE DE S. CRISPIM E S. CRISPINIANO – CEIA DE NATAL – Presente a seguinte proposta: “A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, inscrita no RMISG com o n.º 501 155 414, propõe-se oferecer, na noite de 24 de dezembro, a tradicional consoada de Natal, a todos os que compareçam no Albergue de S. Crispim, solicitando para o efeito um subsídio à Câmara Municipal de Guimarães. Tendo em atenção o conforto que esta refeição proporciona às pessoas de Guimarães que nela participam numa noite de grande simbolismo, e considerando que a referida Irmandade é uma instituição com recursos muito limitados que subsiste com dádivas sociais, submete-se a aprovação a atribuição de um subsídio no valor de 600,00€ (seiscentos euros) à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano para a realização da Noite de Consoada, ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º daquele Regulamento. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

AÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA FRATERNA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Fraterna –

Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social Associação solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para os dias 20, 21 e 27 de Dezembro para efetuar o transporte dos Moradores dos Bairros Sociais de Atougua e Gondar. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela Fraterna e os apoios concedidos em varias atividades, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho 29 de novembro de 2013 foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de câmara o pedido de apoio para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO JUVENIL DE S. JOSÉ – ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social: “Em reunião de Câmara de 20 de dezembro de 2012 foi deliberado aprovar um primeiro aditamento ao Protocolo celebrado em 21 de Junho do mesmo ano com o Centro Juvenil de S. José, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no passado dia 18 de novembro, o Presidente desta instituição, Domingos Lopes de Miranda, solicitou à Câmara Municipal uma segunda alteração do objeto deste subsídio de modo a ser aplicado na aquisição de equipamento de serviço de copa para aquela instituição. Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 2186/2012 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a



que reporta a deliberação de 12 de abril e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do subsídio, anexando um segundo aditamento ao atual Protocolo, onde conste: - A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: O presente Protocolo tem por objeto (...), para a aquisição de uma tábua de passar a ferro, um escaparate de apoio à loiça limpa e um armário louceiro de parede para a Instituição. - A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo mantém-se de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.” O segundo aditamento ao Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO –

NOVEMBRO DE 2013 – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social: “Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos (deliberação 20/12/2012), reforçado por deliberações 07/03/2013 e 05/09/2013. Importa, assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa anexo. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – REISADAS – REFORMULAÇÃO DAS NORMAS DE

PARTICIPAÇÃO – Presente a seguinte proposta do Vereador José Manuel Bastos: “Cantar os Reis constitui uma tradição ancestral do nosso povo, com incidência particular nas aldeias, sendo intensamente vivida entre os dias 6 e 19 do primeiro mês do ano. Durante cerca de 15 dias os caminhos do Concelho são calcorreados por “cantadeiros”, que contribuem assim para manter uma tradição secular que importa salvaguardar. Com esse intuito, a Câmara Municipal de Guimarães tem vindo, desde há largos anos, a assinalar a efeméride em parceria com os grupos musicais do Concelho. Em reunião de 23 de novembro de 2006, a Câmara Municipal deliberou aprovar normas de participação dos grupos musicais, normas que se pretende agora reformular, nos termos da proposta de Normas de Participação em anexo.” A proposta de Normas de Participação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – PASSAGEM DE ANO 2013/2014 NO CENTRO HISTÓRICO – Presente a seguinte proposta do Vereador José Manuel Bastos: “Com início na passagem de ano 2011/12, começa a consolidar-se a tradição de promover no Centro Histórico de Guimarães um evento festivo destinado a assinalar a chegada de um novo ano. Trata-se de uma iniciativa que se vem revelando muito mobilizadora, inclusiva e participada, constituindo-se igualmente como um importante factor de atração turística e de dinamização económica, ao mesmo tempo que favorece a promoção e notoriedade de Guimarães e do seu Centro Histórico. Por estas razões, a Câmara Municipal propõe-se acolher a solicitação que lhe foi dirigida pela Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG) que, em conjunto com os estabelecimentos comerciais radicados no Centro Histórico,



pretende promover um evento de passagem de ano 2013/14 incluindo projeções multimédia e música e orçado em 20.000,00€. Assim, em reconhecimento do interesse da iniciativa, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, à ACIG, dos seguintes apoios: subsídio de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros); disponibilização de baixadas elétricas; apoio logístico diverso, através da cedência de materiais e equipamentos disponíveis nos serviços.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO – DOAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DURANTE O ANO DE 2012 –

Presente, para aprovação, a listagem de publicações doadas à Biblioteca Municipal Raúl Brandão por diversas entidades, durante o ano de 2012, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL DE GUIMARÃES (PAES) –

Presente a seguinte proposta: “Em reunião realizada no dia 31 de outubro de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar a adesão ao Pacto Europeu de Autarcas, bem como dar continuidade ao processo de programação e implementação de um programa de projetos de redução de fatura energética municipal com relevância a desenvolver para a implementação do Plano de Ação para a Energia Sustentável, e ainda reconhecer a Comunidade Intermunicipal e a Agência de Energia do Ave como estruturas territoriais de parceria na adesão ao Pacto Europeu de Autarcas, na programação de ações e na implementação de medidas previstas no Plano de Ação para a Energia Sustentável, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de novembro de 2013.

Nesta sequência, elaborou-se o Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) para Guimarães (ANEXO 1), sendo este um instrumento fundamental na conceção, implementação e monitorização das medidas orientadas para o cumprimento das metas do Pacto dos Autarcas. No quadro da conceção das medidas, o PAES fornece através da matriz energética informação precisa sobre a distribuição sectorial dos consumos energéticos e dos respetivos vetores energéticos. Ao longo da implementação de medidas de melhoria da eficiência do consumo energético ou de integração de renováveis a matriz fornece indicações sobre o sucesso da sua implementação ou sobre eventuais desvios e correções. Elaborou-se igualmente um sumário executivo do PAES para uma apreciação e leitura mais abreviadas (ANEXO 2). O PAES é um meio de disseminação da informação sobre os desafios e oportunidades colocados ao município, aos agentes privados e aos munícipes em geral pelas exigências do compromisso assumido pela adesão ao Pacto dos Autarcas. Do ponto de vista dos desafios, o PAES evidencia os consumos energéticos sobre os quais é prioritária uma atuação. Do ponto de vista das prioridades, o PAES fornece elementos para avaliação de custos e benefícios das medidas que concretizam as metas do Pacto Europeu dos Autarcas expondo, portanto, as oportunidades de investimento público e privado. Após a aprovação do PAES pelo Secretariado do Pacto do Autarcas, iniciar-se-á o respetivo processo de implementação com a articulação das medidas do Plano de Ação com agendas, programas e projetos municipais e de outras entidades intervenientes. Assim, de forma a concluir o processo de adesão ao Pacto de Autarcas, propõe-se que a Câmara Municipal aprove: 1. O Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Guimarães em anexo; 2. Submeter o Plano de Ação



para a Energia Sustentável do Município de Guimarães ao secretariado do Pacto de Autarcas para efetivação do compromisso assumido pela Câmara Municipal; 3. Dar continuidade ao processo de programação e implementação de projetos de redução de fatura energética municipal com relevância a desenvolver para a implementação do Plano de Ação para a Energia Sustentável; 4. Dinamizar uma agenda para a sustentabilidade energética aberta à participação dos cidadãos e das empresas que resulte num contributo significativo para a implementação das medidas previstas no Plano de Ação para a Energia Sustentável; 5. Estabelecer um processo de debate público da agenda para a sustentabilidade energética; 6. Produzir um resumo simplificado do Plano de Ação para a Energia Sustentável para instrução do processo de debate público; 7. Submeter o programa de implementação de projetos de redução de fatura energética municipal à assembleia municipal.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

DIVERSOS – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – COMPROMISSO PLURIANUAL

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação tomada em sua reunião de 19 de setembro último, a Câmara Municipal, em reconhecimento do relevante interesse público das atividades prosseguidas e desenvolvidas pelo CCD (Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães), e atendendo a que se mantêm válidos e atuais os pressupostos que suportaram a deliberação tomada em 2007, aprovou a atribuição àquela entidade de um subsídio de €210.000,00 (duzentos e dez

mil euros), destinado a comparticipar nos custos envolvidos na reabilitação do edifício entretanto comodatado pelo Município e sua adaptação para cantina, bar, serviços administrativos e demais valências do CCD. Atendendo a que tal subsídio vem sendo liquidado em frações correspondentes aos autos de medição entretanto efetuados, verifica-se que, por atrasos verificados na empreitada, não é expectável que o mesmo venha a ser integralmente pago no corrente ano, configurando assim um compromisso plurianual. Deste modo, tal como dispõe o art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), é necessário que a Assembleia Municipal autorize a assunção da parte do subsídio a ser paga em 2014. Propõe-se, assim, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção do compromisso plurianual respeitante a este subsídio, pelo valor de €182.401,39 (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e um euros e trinta e nove cêntimos)."

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

DIVERSOS – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: "O

Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães solicitou apoio, a exemplo dos anos anteriores, para as suas atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas, nomeadamente a Festa de Natal, e a atividade de tempos livres que têm decorrido em Agosto, para os filhos de todos os trabalhadores municipais. Considerando a importância social das iniciativas levadas a cabo que contribuem para um salutar ambiente de trabalho, proponho a atribuição de um subsídio de 15.000,00€ (quinze mil euros), ao abrigo do disposto no nº 2 do



artigo 3º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PLANO DE ATIVIDADES – ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2014

- Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2014, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o

Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Luísa Pedroso e José Torcato Ribeiro. ---

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, Plano plurianual de investimentos e Plano de Atividades, dado que as propostas apresentadas correspondem aos objetivos constantes do programa eleitoral apresentado aos vimaranenses pelo Partido socialista em Setembro passado e que mereceram um apoio muito significativo nos votos expressos nas urnas. Os investimentos propostos, na ordem de dezenas de milhões de euros, serão a componente municipal para programas que, em grande parte, terão de receber apoio comunitário para a sua execução. A sua incidência será em todas as áreas de competência municipal,

desde o desenvolvimento económico, à construção e manutenção de equipamentos, à educação, cultura, turismo, serviços urbanos, ambiente, e apoio social. Serão realizados em todo o Município, com particular incidência nas freguesias mais periféricas da cidade e concelho, nas vilas concelhias, não devendo ser apenas contabilizados nesse investimento as transferências diretas para as autarquias dessas comunidades, dado que os principais programas não poderão, nem deverão, ser executados pelas Juntas de Freguesia, dada a complexidade técnica e de volume financeiro que os envolve. O investimento nas freguesias não é assim o executado pelas suas Juntas, mas todo aquele que irá servir as populações das suas comunidades. Realçamos ainda que a execução do orçamento proposto não obriga a qualquer nova contração de empréstimos financeiros, prosseguindo em contrapartida a redução do passivo anteriormente contraído.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “O documento que nos é presente para apreciação e deliberação é um documento que visa marcar a diferença para um novo ciclo. É um documento que se inspira no programa eleitoral do partido vencedor das últimas eleições, estando por isso legitimadas as suas opções. Não podemos contudo deixar de manifestar que, naquilo que no mesmo é essencial, constata-se uma total inversão de postura política por parte do PS. É logo na introdução, no item “Desenvolvimento Económico e Emprego” que se deteta esta frase lapidar: “*A consolidação de uma economia próspera, sustentável e geradora de emprego constitui o principal desígnio para o quadriénio de governação municipal que agora se inicia. Por isso, a Câmara Municipal adotará uma postura em prol da economia, com o*



desenvolvimento de condições favoráveis ao investimento...” Ora esta frase está em amplíssima contradição com a prática socialista até este momento. Esta frase representa a sùmula quase perfeita do que foi o programa eleitoral e a principal bandeira eleitoral da Coligação “Juntos por Guimarães”, por que os vereadores subscritores foram eleitos. Esta frase representa uma evolução no discurso socialista em Guimarães, que é naturalmente bem-vinda na medida em que manifesta a intenção de adotar exatamente aquilo por que lutaram eleitoralmente os vereadores subscritores. Mas não evita que nos questionemos porque se opôs durante tantos anos o PS ao que vinha defendendo o PSD, se afinal com isso concordava. Por outro lado, é preciso dizê-lo, para além da referida que é a mais gritante, são diversas as dimensões em que este Plano e Orçamento mimetiza as propostas eleitorais da Coligação “Juntos por Guimarães”. No reforço e descentralização de competências nas Juntas de Freguesia, na requalificação de alguns centros cívicos em concreto, na assunção de uma nova postura na abordagem cultural privilegiando a execução de iniciativas culturais pelas associações, na aplicação de reguladores de fluxo luminoso na iluminação pública do concelho ao invés de se limitar a apagar as luzes como havia sido decidido pelo executivo socialista, entre outras. É evidente que frustra verificar que nos é concedida maior razão, em determinadas matérias, pelos nossos adversários políticos do que pelo eleitorado, mas por outro lado satisfaz verificar que temos estado no rumo certo, que temos sabido defender antes do tempo as matérias a que, passado algum tempo, se rendem também os nossos adversários políticos. É por isso que é notória a cautela argumentativa para operar esta quadratura do círculo que é propor-se “Continuar Guimarães” adotando grande parte das bandeiras políticas de quem se opunha

a quem exercia o poder. Em todo o caso e para além de serem evidentes as similitudes entre muitas das matérias que agora defende o executivo socialista e aquilo que defendemos em campanha eleitoral, há uma dimensão institucional que igualmente pretendemos privilegiar. Referimo-nos à circunstância de se tratar de um Plano e Orçamento que é apresentado escassos dois meses depois do ato eleitoral, que naturalmente legitimou quem venceu essas eleições e legitima acrescidamente os propósitos que aqui apresenta. Em suma, Não apenas atentas as referidas similitudes, que em consciência nos devem levar à sua viabilização, existe uma dimensão de respeito institucional pela legitimidade acrescida deste documento, neste momento ainda tão próximo do ato eleitoral, que nos conduz igualmente para o sentido de voto por que optamos, de **abstenção**, que pretende significar politicamente uma viabilização deste importante instrumento de orientação política.” -----

RELATÓRIO E CONTAS - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES, EM LIQUIDAÇÃO – RELATÓRIO FINAL DE LIQUIDAÇÃO E ENCERRAMENTO - –

Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Relatório Final de Liquidação e Encerramento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Doze anos depois, foi-nos finalmente presente o encerramento e liquidação dos Serviços Municipalização de Água e Saneamento, em liquidação desde 2001, momento de



criação da empresa intermunicipal VIMÁGUA. A verdade porém é que o encerramento dos SMAS já nos havia sido proposto no ano passado, mais concretamente em 12.11.2012. No entanto o ponto em causa foi retirado porque os vereadores do PSD detetaram um conjunto de dívidas de entidades com vigor financeiro e outras com relação direta com a Câmara Municipal (ex: Juntas de Freguesia) que tornavam incompreensível não apenas que não tivessem ainda, até essa data, sido cobradas, como sobretudo que se estivesse a propor abdicar da sua cobrança. Dívidas como a entidades como as seguintes: Universidade do Minho: €13.577,69; Santa Casa da Misericórdia: €9.296,74; Petrogal: €2.493,99; Taipas Turitermas: €1.739,70; Empresa de Fiação Manuel Gonçalves, SARL: €1.296,82 (conjunto de várias dezenas de faturas). Perguntavam na altura os vereadores do PSD, em declaração de voto que consta em ata *"como foi possível ao longo destes últimos 8 (oito) anos o Município ter concedido subsídios e feito protocolos com entidades devedoras ao mesmo Município e não ter feito nada para cobrar essas dívidas?"* De facto, por deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães de 20 de Dezembro de 2001 foi aprovado o *"projeto de dissolução dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães"*. Com esta decisão os SMAS entraram em processo de liquidação, tendo sido constituída a Comissão Liquidatária presidida por Domingos Bragança. A esta comissão liquidatária foi conferido um mandato: *"diligenciar pela cobrança dos valores em débito por consumidores individuais, instituições empresas etc. e libertar garantias bancárias relativas a empreitadas de obras públicas que estavam em prazo de garantia, e outros procedimentos legais com vista à sua extinção final"*. Sucede que desde 2002 até 2012, a comissão liquidatária não

cumpriu os seus objetivos e apresentou então um resultado final com perdas superiores a €347.000,00. Sendo mais grave do que o número, a circunstância de haver dívidas a entidades com perfeita capacidade em poder proceder ao seu cumprimento, bem como de entidades com as quais a Câmara celebra protocolos e às quais atribui subsídios. O que é uma postura gestionária absolutamente reprovável, demonstrativa de que a cobrança não foi feita de modo diligente e atento, como é devido particularmente a quem gere dinheiro público. O PS retirou na altura a proposta de dissolução e encerramento dos SMAS, tendo estado este ano a diligenciar por proceder às cobranças que deveria ter feito antes. Independentemente do produto dessa cobrança, o que importa é o princípio de gerir com mais zelo e mais cuidado o que não é nosso do que aquilo que é nosso. Que foi o que não havia sido feito. Registamos ainda assim positivamente a circunstância de, na altura, o PS ter retirado a proposta, pelo que agora, estando os SMAS em condições de poderem vir a ser definitivamente encerrados, isto é, feito o trabalho de casa que não havia sido feito antes – e que o foi devido à intervenção atenta dos vereadores do PSD – agora dizíamos, não há razão para não votarmos **favoravelmente** a esta proposta.” -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----